

Secretaria Municipal de Administração

PROJETO DE LEI Nº 2.064/2017

Súmula: "Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, no valor de R\$ 911.120,44 (novecentos e onze mil, cento e vinte reais e quarenta e quatro centavos) e dá outras providências".

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento geral vigente, no valor de R\$ 911.120,44 (novecentos e onze mil, cento e vinte reais e quarenta e quatro centavos), conforme especificado nesta Lei.

Art. 2º. Fica o executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Geral vigente, a Natureza de Despesa e Programa de Trabalho abaixo especificado:

ORGÃO: 11-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO UNIDADE: 01 -ADMINISTRAÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO FUNCIONAL: 12.365.0003.2013 -EDUCAÇÃO INFANTIL

TIPO ALTERAÇÃO: Acréscimo

TOTAL: 56.945.03

Rubrica	Ação	Fonte	Descrição	Valor Alteração
3190110000	0089	1.103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	56.945,03

ORGÃO: 12-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE UNIDADE: 01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNCIONAL: 10.302.0005.2022 -MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE SAÚDE NO SERVIÇO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E

HOSPITALAR

TIPO ALTERAÇÃO: Acréscimo

TOTAL: 854.175.41

-	10 11 12 10 11 12 11								
	Rubrica	Ação	Fonte	Descrição	Valor Alteração				
	3390390000	0130	1.000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	683.340,33				
	3390390000	0130	1.303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	170.835,08				



Secretaria Municipal de Administração

Projeto de Lei nº 2.064/2017 pág. 2/2

Art. 3°. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar previsto nesta Lei, serão utilizados parte dos recursos provenientes do Excesso de Arrecadação do ICMS projetado para o Exercício 2017:

1722.01.01.00.00	COTA-PARTE DO ICMS		1.138.900,55	
1722.01.01.00.00	COTA-PARTE DO ICMS	1.000	683.340,33	
1722.01.01.00.00	.01.01.00.00 COTA-PARTE DO ICMS (5% transferências constitucionais SMED)			
1722.01.01.00.00	COTA-PARTE DO ICMS (15% transferências constitucionais SMSA)	1.303	170.835,08	
9722.01.01.00.00	COTA-PARTE DO ICMS (dedução FUNDEB - 20%)	1.103	227.780,11	

Art. 4°. Os valores que trata esta Lei, não serão computados para efeitos do art. 5° da Lei Municipal n.º 3.074/2016 de 27/12/2016.

Art. 5°. Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias do Exercício 2017, anexo I, e Plano Plurianual, anexo II, em valores iguais aos desta lei, nos Órgãos, Programas e Projeto/Atividade, respectivos, nos termos do artigo 166 § 3°, inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 6°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Araucária, 26 de outubro de 2017.

HISSAM HUSSEIN DEHAINI Prefeito de Araucária

Processo nº 12073/2017



Secretaria Municipal de Administração

Ofício Gabinete nº 363/2017

Araucária, 26 de outubro de 2017.

Excelentíssimo Senhor

BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Araucária

Câmara Municipal de Araucária

Araucária/PR

Assunto: Projeto de Lei 2.064/2017 – "Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, no valor de R\$ 911.120,44 (novecentos e onze mil, cento e vinte reais e quarenta e quatro centavos) e dá outras providências".

Senhor Presidente:

Com o presente estamos encaminhando a Vossa Excelência e demais pares dessa Egrégia Casa Legislativa, para apreciação, análise, discussão e posterior aprovação o **Projeto de Lei nº 2.064/2017**, que autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.

O Crédito Adicional Suplementar ora proposto, em relação à Secretaria Municipal de Saúde, visa: a) cumprimento das obrigações advindas do Contrato de Gestão nº 2099/2014, que tem por objeto o gerenciamento e execução das atividades e serviços de saúde no Hospital Municipal de Araucária, bem como da necessidade de renovação do referido Contrato ou abertura de Processo Seletivo para manutenção dos serviços; b) cumprimento das obrigações advindas do Contrato nº 74/2015, que tem por objeto a prestação de serviços médicos plantonistas nos serviços de Urgência e Emergência; c) manutenção dos serviços de exames complementares, contratados mediante Consórcio Público, bem como do Edital de Credenciamento nº 01/2017.

No tocante à Secretaria Municipal de Educação, o crédito se faz necessário para pagamento de despesas com salários dos servidores.

Ademais, cumpre esclarecer que o **PL 2.065/2017** (em trâmite nos autos de processo administrativo n° 12074/2017) é complementar a este, no tocante à suplementação do orçamento das Secretaria Municipal de Saúde.

Desse modo, solicitamos que Vossa Excelência e demais Vereadores que compõem essa Câmara Municipal, apreciem e votem o Projeto de Lei, na forma estabelecida no artigo 42, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Araucária.



Secretaria Municipal de Administração

Ofício nº 363/2017 - pág. 2/2

Justifica-se o regime de urgência diante da necessidade de adimplemento das obrigações contratuais e a manutenção dos serviços de saúde, mais especificamente, do Contrato 74/2015 — Contrato de Plantões Médicos e do Contrato 209/2014 — Contrato de Gestão do Hospital Municipal de Araucária, e a proximidade do encerramento do exercício financeiro.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência e aos demais componentes dessa Egrégia Casa Legislativa, nossa estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

HISSAM HUSSEIN DEHAINI Prefeito de Araucária